



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

**RESPOSTA À INTERPELAÇÃO ESCRITA DO SR. DEPUTADO À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA JOSÉ PEREIRA COUTINHO**

Por determinação de S. Exa. o Chefe do Executivo, relativamente à interpelação escrita, de 18 de Outubro de 2012, apresentada pelo Sr. Deputado José Pereira Coutinho, encaminhada através do ofício da Assembleia Legislativa n.º 49/E30/V/GPAL/2013, datado de 1 de Novembro de 2013, e recebido pelo GCE também em 1 de Novembro de 2013, cumpre-nos, consultado os pareceres da DSAJ e da DSRJDI, responder o seguinte:

Em articulação com a construção das novas instalações judiciais e a fim de colmatar a premente falta de espaço actualmente sentida pelos órgãos judiciais, veio a Administração da RAEM dar dinamicamente início à elaboração de projectos e à construção de instalações para o efeito, incluindo a construção das instalações provisórias situadas junto do TUI, que foram já entregues ao seu uso, assim como foi dado início à realização dos trabalhos relativos ao concurso público da empreitada de construção das instalações do TJB, localizadas nos terrenos do empreendimento designado por Fecho da Baía da Praia Grande. Na elaboração do plano geral urbanístico dos novos aterros, foi igualmente ponderado a reserva de terrenos na Zona B dos Novos Aterros destinado prioritariamente para a construção das instalações judiciais, cujos pormenores serão melhor firmados no estudo do plano geral urbanístico dos novos aterros, na expectativa de incorporar assim a opinião pública e dos diversos serviços utentes, respondendo então por conseguinte as suas concretas necessidades e o progressivo aumento da eficácia do sistema judicial.

As instalações do TJB, situadas no Lote C2 do empreendimento designado por Fecho da Baía da Praia Grande, com uma área de terreno de cerca de 1.640 m², consiste



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

na construção de um edifício de 35m de altura, composto por 8 pisos acima do solo e 4 pisos em cave, com um ABC de cerca de 14.399 m², equipado de gabinete de juízes, centro administrativo, balcão de informação, secretaria-geral dos diferentes juízos, sala de audiência, cela, sala de arquivo e secretaria-geral do ministério público. O concurso público da empreitada teve lugar no passado dia 15 de Novembro de 2013 e segundo as estimativas a obra terá início no 1.º trimestre de 2014, sendo o prazo de execução de cerca de 730 dias. Atendendo a sua proximidade do lago, a necessidade de manter o normal funcionamento do Posto Operacional do Corpo de Bombeiros vizinho e dos acessos viários envolventes e pelo facto do projecto prever a construção de 4 pisos em cave a uma profundidade de cerca de 20m, por isso é assim uma obra de elevado grau de dificuldade e tecnicamente bastante exigente, em que somente após a execução da obra é que será então possível um melhor conhecimento da qualidade do solo, sendo então logo de se prever alguma dificuldade na fase inicial da obra.

Além disso, a Administração da RAEM veio também desde sempre envidar os seus esforços na optimização das diversas instalações de apoio dos órgãos judiciais, na criação dinâmica de melhores condições para a elevação da eficiência judiciária e na revisão e optimização das disposições legais sobre a matéria, nomeadamente na revisão do direito processual e da Lei de Bases da Organização Judiciária, e na promoção das medidas de resolução extrajudicial, designadamente arbitrárias e de conciliação, de modo melhorar o funcionamento dos órgãos judiciais.

No que refere a melhoria do direito processual, a Administração da RAEM concluiu em 2013 a revisão do Código de Processo Penal, aprovado pela Lei n.º 9/2013, traduzido na introdução da figura inovadora do processo especial e na simplificação dos trâmites jurisdicionais, de modo a permitir assim a simplificação e agilização do processo judicial para o julgamento de causas leves e simples para que o infractor possa ser tanto quanto antes julgado. Além disso, foi também revisto o mecanismo de julgamento à revelia, no



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

sentido de reduzir a situação de adiamento da audiência, permitindo assim a optimização do processo judicial e elevação da eficiência judiciária. Na revisão do Código de Processo Civil, serão realizados estudos que visem salvaguardar o direito processual do interveniente processual, otimizar dinamicamente o mecanismo de citação, reduzir a situação de adiamento do julgamento e introduzir o mecanismo de conciliação, elevando assim por conseguinte a eficiência judiciária.

A fim de permitir que o funcionamento dos órgãos judiciais esteja à altura das necessidades do desenvolvimento social, a presente revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária compreende a introdução de ajustamentos nas funções do tribunal colectivo, definição da forma de acumulação de funções dos magistrados e criação do mecanismo de destacamento de magistrados, de modo a melhor coadjuvar assim com o funcionamento dos órgãos judiciais e elevar a eficiência do sistema judiciário. E ainda não obstante a este facto, em 2004, 2009, 2011 e 2013 foram realizados 4 concursos para admissão ao curso de formação de magistrados, o que permitiu o acréscimo de 37 magistrado nos órgãos judiciais. E conforme as exigências dos órgãos judiciais em termos de oficiais de justiça, desde 2004 foram realizados 3 cursos de habilitação para ingresso na carreira de oficial de justiça, tendo os formandos que concluíram com aproveitamento os cursos preenchido cumulativamente 235 vagas na carreira de oficial de justiça dos tribunais e do Ministério Público.

Em articulação dinâmica das exigências dos órgãos judiciais em termos de provimento e formação do seu pessoal, foram realizados vários cursos de provimento e formação na carreira de oficial de justiça que visaram aprofundar os seus conhecimentos respeitantes aos procedimentos judiciais práticos e elevar o seu conhecimento sobre a legislação actualmente em vigor, melhor elevando assim a eficiência judiciária e o seu nível profissional.

4

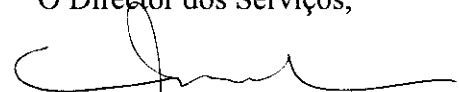


澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

A Administração manterá a janela de diálogo com o Conselho Pedagógico do Centro de Formação de Magistrados e o Conselho Pedagógico para o Curso de Habilitação para o Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça, bem como procederá a revisão e optimização dos respectivos trabalhos. E nesta óptica, será redobrado o investimento na formação de pessoal para a área judicial, de modo a optimizar os cursos de formação para o ingresso nas carreiras de magistrado e de oficial de justiça ou o seu aperfeiçoamento. Além disso, futuramente será ainda dado início à progressiva revisão dos diversos códigos de processo, bem como à promoção da participação dinâmica dos órgãos judiciais na revisão dos diplomas legais associados ao sistema judiciário, de modo a optimizar assim o sistema jurídico e elevar a eficácia dos órgãos judiciais.

Macau, aos 13 de Janeiro de 2014.

O Director dos Serviços,



Jaime Roberto Carion